



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Esplanada dos Ministérios - Bloco E - CEP - Brasília - DF

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 975107-01/2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
<p>a) Unidade Descentralizadora e Responsável: Nome do órgão ou entidade descentralizada: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades. Nome da autoridade competente: Flávio Marcos Passos Gomes Júnior. Número do CPF: 767 [REDACTED] 53. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento de Cooperação Técnica. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria n.º 400 de 25 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, seção 2, página 4.</p> <p>b) UG SIAFI: Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 560006 - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - 56000 - Ministério das Cidades. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 560006 - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - 56000 - Ministério das Cidades.</p>
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
<p>a) Unidade Descentralizada e Responsável: Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - CNPJ: 05.440.725/0001-14. Nome da autoridade competente: Télio Nobre Leite. Número do CPF: 022 [REDACTED] 60. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pela execução do objeto do TED: Núcleo de Inovação de Estudos em Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial (11.01.02.28.37). Coordenador Geral do Termo de Execução Descentralizada: Anderson Miranda de Souza; CPF n.º 013 [REDACTED] 52; Matrícula: 3284711; Cargo/Função - Professor do Magistério Superior da UNIVASF. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 5 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial da União n.º 67, Seção 2, página 1 de 06/04/2023.</p> <p>b) UG SIAFI: Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: UG: 154421, GESTÃO: 26230 - Nome: Universidade Federal do Vale do São Francisco - CNPJ: 05.440.725/0001-14. Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Gabinete da Reitoria da UNIVASF.</p>
3. OBJETIVO DO APOSTILAMENTO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:
<p>O presente apostilamento tem por objetivo promover a readequação técnico - operacional do Termo de Execução Descentralizada (TED) n.º 975107-01/2025, visando à compatibilização da metodologia executiva, do cronograma físico - financeiro e do cronograma de desembolso com o aprimoramento do desenho metodológico do Projeto Saneamento Vivo (PSV), decorrente do aprofundamento do planejamento executivo e da consolidação das estratégias de implementação previstas no Plano de Trabalho.</p> <p>Ressalta-se que o apostilamento possui natureza estritamente técnica e operacional, não implicando alteração do objeto do TED, do seu valor global ou de sua vigência, preservando-se integralmente os compromissos institucionais assumidos entre a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e a Universidade Federal do Vale do São Francisco. A reprogramação proposta visa, exclusivamente, potencializar a efetividade do instrumento, assegurando maior aderência entre o planejamento, a execução e os resultados esperados do Projeto.</p>
4. JUSTIFICATIVA PARA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A presente proposta de apostilamento justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento técnico - metodológico do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada n.º 975107-01/2025, a partir do aprofundamento do planejamento executivo do Projeto Saneamento Vivo e da análise integrada das etapas, produtos e resultados esperados. No processo de detalhamento da execução, verificou-se a necessidade de promover ajustes pontuais na estrutura metodológica originalmente prevista, de modo a assegurar maior coerência lógica, eficiência operacional e aderência entre as atividades desenvolvidas e os objetivos do Projeto.

As alterações propostas decorrem da constatação de que determinadas etapas e produtos demandam reordenamento sequencial e consolidação metodológica, evitando sobreposição de atividades, fragmentação excessiva de entregas e duplicidade de registros documentais, sem prejuízo da transparência, do controle e da verificabilidade. Nesse sentido, procedeu-se à readequação de títulos, à supressão de etapas de natureza meramente operacional já contempladas por instrumentos administrativos regulares, bem como ao ajuste conceitual de algumas denominações, de forma a refletir com maior precisão o conteúdo técnico das ações e o papel institucional do Projeto, especialmente no que se refere ao **apoio à implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs)**.

No que tange à **atualização do cronograma físico-financeiro**, a alteração justifica-se pela necessidade de alinhar, de maneira mais adequada, a distribuição temporal das metas, etapas e produtos à dinâmica real de execução do Projeto, considerando a maturação técnica das entregas, o encadeamento metodológico entre diagnóstico, capacitação, sistematização e formulação de planos de ação, bem como a consolidação progressiva dos resultados.

De forma complementar, a revisão do **cronograma de desembolso** tem por finalidade compatibilizar a liberação dos recursos financeiros às condições objetivas de entrega e validação dos produtos, assegurando que os repasses ocorram em consonância com o cumprimento das etapas pactuadas e com a comprovação das respectivas execuções. Tal ajuste contribui para o aprimoramento da gestão financeira do instrumento, reduzindo riscos de desalinhamento entre disponibilidade orçamentária, execução física e capacidade operacional, além de reforçar os mecanismos de controle, acompanhamento e prestação de contas. Adicionalmente, a atualização ora proposta contempla a necessária retificação de inconsistência formal identificada no apostilamento anteriormente celebrado, decorrente de erro material de digitação, sem qualquer impacto no objeto, no valor global ou na vigência do Termo de Execução Descentralizada, visando exclusivamente à correção e ao saneamento do registro documental.

Ressalta-se que as alterações ora propostas possuem natureza **estritamente técnica e operacional**, não implicando modificação do objeto do Termo de Execução Descentralizada, do seu valor global ou de sua vigência. O apostilamento visa, exclusivamente, potencializar a efetividade do Plano de Trabalho, garantindo maior aderência entre metodologia, cronograma, desembolso e resultados esperados, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da boa governança da execução dos recursos públicos.

5. DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS PELO APOSTILAMENTO

a) Meta 3

· Retirada do termo **“permanente”** da redação da Meta 3, em relação ao OSV: justifica-se em razão da natureza jurídica e temporal do TED, que possui vigência definida. A utilização do termo **“permanente”** poderia gerar interpretação equivocada quanto à existência de uma obrigação institucional contínua vinculada diretamente ao TED, extrapolando seus limites legais, administrativos e orçamentários. A continuidade e institucionalização do OSV após o encerramento do TED constituem uma etapa posterior, que dependerá de direcionamentos institucionais específicos, direcionados pela cooperação entre a UNIVASF e o Ministério das Cidades, sem vinculação direta ao TED ora em execução. Dessa forma, a supressão do termo **“permanente”** assegura maior precisão técnica e jurídica à Meta 3, e preserva o correto enquadramento conforme o prazo de vigência do TED.

· Inclusão do termo **“preferencialmente remoto”** à **Etapa 3.1 – Reuniões Temáticas**: justifica-se representar uma adequação operacional necessária para assegurar maior alcance, eficiência e efetividade às reuniões temáticas destinadas à estruturação do OSV. A realização de encontros em formato remoto está alinhada às metodologias participativas adotadas pelo Projeto, que priorizam a ampliação da participação institucional e social, sem prejuízo da qualidade técnica dos debates. O formato remoto possibilita a inclusão de um número mais amplo e diverso de atores do setor de saneamento, incluindo gestores municipais, técnicos, representantes de conselhos, instituições de ensino, órgãos federais, entidades da sociedade civil e especialistas de diferentes regiões do país, superando limitações geográficas e orçamentárias. Além disso, contribui para a otimização logística, reduzindo custos com deslocamentos e facilitando a compatibilização de agendas, o que é especialmente relevante em um projeto de abrangência territorial ampliada. Ainda, a inclusão do termo **“preferencialmente”** indica a possibilidade de adoção de formatos híbridos ou presenciais, sempre que a natureza da atividade, a metodologia adotada, as especificidades do território, a necessidade de articulação institucional direta ou a estratégia técnica do Projeto assim o recomendarem.

· Inclusão do termo **“NIESADT/UNIVASF/SNSA/MCID”** na **Etapa 3.2 – Institucionalização do OSV**: tem por finalidade conferir maior clareza institucional e precisão técnica quanto ao arranjo de institucionalização do OSV. A alteração explicita que o processo de institucionalização será conduzido de forma integrada entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), por meio do Núcleo Institucional de Estudos em Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial (NIESADT), e o Ministério das Cidades, no âmbito da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

b) Meta 4

· Modificação da descrição da Meta 4 – “a escolha de tais Municípios seguirá critérios técnico-operacionais, logísticos e analíticos, emitidos via **Portaria** expedida pelo Ministério das Cidades, assegurando diversidade territorial, institucional e socioeconômica” para: “a escolha de tais Municípios seguirá critérios técnico-operacionais, logísticos e analíticos, assegurando diversidade territorial, institucional e socioeconômica, **conforme diretrizes do Ministério das Cidades**”. Justifica-se em razão dos debates técnicos realizados com a Coordenação de Cooperação Técnica (DCT/SNSA/MCID), nos quais foi levantada a possibilidade que o formato de inclusão dos Municípios no âmbito do TED poderia ocorrer por diferentes instrumentos administrativos, a exemplo de **carta-convite**, não se restringindo, necessariamente, à expedição de Portaria. Diante disso, entende-se ser tecnicamente mais adequado não vincular o Plano de Trabalho do TED a um procedimento administrativo específico, de modo a preservar a flexibilidade operacional e jurídica do Projeto e permitir que seja adotado o instrumento mais conveniente, oportuno e compatível com os fluxos internos e com a realidade institucional da execução do TED.

· Alteração da ordem e do escopo da antiga **Etapa 4.1 – Plano de Ação**, que passa a ser apresentada como **Etapa 4.5 – Planos de Ação para a implementação dos PMSBs**: decorre de um ajuste metodológico necessário para assegurar maior coerência lógica, consistência técnica e efetividade à execução do Projeto. Na configuração anterior, a elaboração dos Planos de Ação ocorria em momento anterior ao pleno desenvolvimento das etapas de sensibilização institucional, diagnóstico, capacitação técnica e sistematização integrada de dados. Contudo, a experiência prática em processos de apoio à implementação de políticas públicas de saneamento demonstra que a formulação de Planos de Ação sem a consolidação prévia dessas etapas tende a resultar em instrumentos com menor aderência à realidade institucional e operacional dos Municípios, reduzindo sua aplicabilidade e potencial de implementação. Com a reordenação proposta,

os Planos de Ação passam a ser elaborados apenas após a realização das etapas mencionadas. Esse encadeamento metodológico permite que os Planos de Ação sejam construídos com base em informações consolidadas, validadas e contextualizadas, refletindo de forma mais precisa as especificidades territoriais, institucionais e sociais de cada Município. Dessa forma, os Planos de Ação assumem caráter estratégico e operacional, oferecendo diretrizes exequíveis e alinhadas às reais condições de implementação dos PMSBs.

- Inclusão da realização de **reuniões preferencialmente remotas** na **Etapa 4.1 – Sensibilização dos Municípios**: constitui um ajuste metodológico necessário para assegurar maior eficiência operacional, ampliada participação institucional e viabilidade logística do Projeto. Tal como já justificado na etapa referente ao OSV (**Etapa 3.1**), a adoção do formato preferencialmente remoto não substitui a dimensão técnica e participativa do processo, mas a qualifica, ao permitir a inclusão de um número mais amplo e diverso de atores do saneamento, superando limitações geográficas, orçamentárias e de agenda que frequentemente dificultam a participação presencial de gestores e técnicos municipais. Sob a ótica da eficiência administrativa, a realização de reuniões remotas reduz custos de deslocamento e tempo de mobilização, otimizando o uso dos recursos públicos e permitindo concentrar esforços técnicos nas atividades-fim do Projeto. Essa estratégia está em consonância com o Plano de Trabalho Metodológico do PSV, que prevê o uso intensivo de ferramentas digitais, e com os princípios da Lei n.º 14.129/2021 (Governo Digital), que incentiva o uso de meios eletrônicos para ampliar o acesso, a transparência e a efetividade das ações públicas.

- Inclusão da **Etapa 4.2 – Apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs**: justifica-se pela necessidade de contemplar Municípios que ainda não possuem PMSB formalmente aprovado, mas que já demandam apoio institucional para viabilizar o avanço das ações subsequentes. Nesses casos, o apoio técnico ao processo de aprovação do Plano constitui medida preparatória e instrumental compatível com o **apoio à implementação**, na medida em que busca viabilizar as condições formais necessárias para que o PMSB produza efeitos no âmbito da gestão municipal. Assim, a inclusão da Etapa 4.2 explicita uma dimensão técnico-operacional compreendida no escopo de apoio à implementação dos PMSBs, conferindo maior aderência metodológica e efetividade à execução do Projeto.

- Retirada do termo “**participativo**” e ajuste da redação da antiga **Etapa 4.3 – Diagnósticos técnicos-participativos** para a atual **Etapa 4.3 – Diagnósticos técnicos**: decorre de um refinamento metodológico e conceitual do Plano de Trabalho, com o objetivo de conferir maior precisão técnica à descrição da atividade e alinhamento com a lógica operacional do Projeto. O diagnóstico previsto nesta etapa tem natureza predominantemente **técnica e analítica**, voltada à avaliação da implementação dos PMSBs a partir do exame de documentos oficiais, bases de dados secundárias, registros administrativos, indicadores setoriais e informações institucionais sobre a capacidade de gestão municipal. Trata-se, portanto, de um processo de análise estruturada, orientado por critérios técnicos, normativos e de desempenho, cujo foco principal é identificar o grau de implementação dos Planos, a existência de instrumentos institucionais, as prioridades políticas de governo e os principais gargalos técnicos e operacionais. A supressão do termo “**participativo**” não implica a exclusão da escuta institucional ou do diálogo com os atores locais, os quais continuam presentes de forma transversal em outras etapas do Projeto, especialmente nas ações de sensibilização, capacitação, e reuniões técnicas no âmbito do Observatório. No entanto, do ponto de vista metodológico, optou-se por não qualificar esta etapa como participativa para evitar sobreposição conceitual entre fases distintas do Projeto e para refletir com maior fidelidade o caráter técnico do diagnóstico proposto.

- Inclusão do termo “**preferencialmente remotas**” à **Etapa 4.4 – Oficinas de capacitação** pelas razões já justificadas acima (**Etapas 3.1 e 4.1**).

- Alteração da antiga **Etapa 4.5 – Monitoramento e sistematização** para a atual **Etapa 4.5 – Sistematização dos dados no Painel InfoVivo**: decorre de um ajuste técnico-metodológico necessário para assegurar coerência entre o escopo da atividade, o cronograma físico de execução do Projeto e a capacidade real de acompanhamento das ações municipais no período de vigência do TED. O monitoramento da execução das ações previstas nos Planos de Ação pressupõe a existência de um intervalo temporal suficiente para que os Municípios iniciem, desenvolvam e consolidem as medidas concretas sugeridas para a implementação dos PMSBs, o que, na prática, ultrapassa o horizonte temporal imediato das etapas iniciais do Projeto. Considerando o cronograma físico estabelecido, verificou-se que não seria tecnicamente adequado caracterizar esta fase como “**monitoramento da implementação**”, uma vez que muitas ações municipais dependem de fatores externos ao Projeto, como decisões administrativas locais, disponibilidade orçamentária, processos licitatórios e prazos institucionais próprios. Dessa forma, optou-se por redefinir o foco da etapa, concentrando-a na **sistematização qualificada dos dados produzidos e analisados no diagnóstico técnico**, com sua incorporação estruturada ao Painel Interativo InfoVivo. Essa sistematização permite organizar, padronizar e integrar informações técnicas, institucionais e territoriais, garantindo a retroalimentação do processo analítico e a construção de uma base de dados dinâmica, rastreável e atualizável.

- A alteração dos produtos da **Meta 4** foi realizada para conferir maior clareza técnica, lógica metodológica e alinhamento com a função estratégica do **Bloco de Validação** no âmbito do Projeto. Ao estabelecer dois produtos distintos – (i) **Relatório Consolidado dos Planos de Ação para a implementação dos PMSBs dos 10 Municípios do Bloco de Validação**; e (ii) **Relatório sobre o Bloco de Validação**. Os Planos de Ação materializam, em nível municipal, as diretrizes estratégicas e operacionais para a implementação dos PMSBs, incluindo propostas de articulação institucional, estratégias de captação de recursos, mecanismos de monitoramento e recomendações para a sustentabilidade das ações. Assim, o Relatório Consolidado dos Planos de Ação representa a tradução prática referente à construção dos Planos de Ação através: das reuniões de sensibilização, diagnósticos, capacitações e sistematizações dos dados no Painel InfoVivo. Paralelamente, o **Relatório sobre o Bloco de Validação** cumpre uma função metodológica e estratégica distinta, ao consolidar a avaliação dos resultados alcançados, os desafios enfrentados, os ajustes necessários e as lições aprendidas durante a aplicação das metodologias nos 10 Municípios-piloto. Esse produto é fundamental para registrar evidências técnicas, validar procedimentos, identificar gargalos e sistematizar recomendações de aprimoramento. Assim, cria-se uma base técnica robusta para subsidiar a **Meta 5**, que prevê a ampliação da metodologia para **90 Municípios**.

c) Meta 5

- Mudança no título da meta para: **M5 – Apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios**, ressaltando o escopo do TED que é o de apoiar a implementação dos Planos, não o de implementar de fato, o que se constitui como de titularidade municipal.

- Alteração nas Etapas: **5.1 – Sensibilização dos Municípios**; **5.3 – Diagnósticos técnicos**; **5.4 – Oficinas de capacitação**; **5.5 – Sistematização dos dados no Painel InfoVivo**; e **5.6 – Planos de Ação para a implementação dos PMSBs**, conforme justificativas apresentadas acima para a **Meta 4**. Ressalta-se que, por não se tratar de meta para validar metodologias, não haverá o produto: Relatório sobre o Bloco de Validação.

- Inclusão da **Etapa 5.2 – Apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs**, conforme justificativas apresentadas na M4.

d) Meta 6

- Junção das antigas Etapas: **6.2 – Revisão e diagramação do Termo de Referência** e **6.3 – Impressão e publicação digital do Termo de Referência** como **Etapa 6.2 – Revisão, diagramação, impressão e publicação digital do Termo de Referência**. A junção das etapas objetiva otimizar o fluxo metodológico, reduzir fragmentações desnecessárias e

conferir maior racionalidade à execução do Projeto. Do ponto de vista técnico-operacional, as atividades de revisão, diagramação, impressão e publicação digital constituem fases contínuas e interdependentes de um mesmo processo editorial. A separação dessas ações em etapas distintas não agregava ganhos técnicos relevantes, podendo, ao contrário, gerar redundâncias procedimentais e maior complexidade administrativa.

• Mudança na descrição da **Etapa 6.3 – Relatório final do TED** suprimindo o trecho: “com foco na prestação de contas”, tendo em vista que tal relatório não se trata da prestação de contas final do instrumento, que é uma atividade administrativa posterior à finalização do Projeto. Na realidade, tal produto descrito na Etapa 6.3 trata-se de um relatório de avaliação da execução do TED, identificando sua eficácia e potencialidade de replicação.

e) Cronograma físico-financeiro:

- Houve um deslocamento temporal das Metas, respeitando a lógica metodológica:
- **M2:** ocorre entre o **Mês 7 e o Mês 12**, estruturando a execução do PSV e o Painel InfoVivo.
- **M3:** ocorre entre o **Mês 13 e o Mês 18**, garantindo que o OSV seja institucionalizado **após** a consolidação do Painel.
- **M4:** ocorre entre o **Mês 19 a 25**, realizando o Bloco de Validação em 10 Municípios.

f) Cronograma de desembolso:

- O cronograma de desembolso foi simplificado e tecnicamente reforçado, diminuindo de 6 para **5 parcelas**, ampliando o vínculo entre a liberação financeira e a entrega de produtos estruturantes e verificáveis.
- O apostilamento aprimora o encadeamento lógico entre execução física e desembolso, alinhando a liberação das parcelas à comprovação do cumprimento das metas imediatamente anteriores, conforme previsto na sistemática de execução do TED.

• Adicionalmente, o presente apostilamento promove a correção de erro material constante do cronograma de desembolso anteriormente aprovado, especificamente na coluna "Execução Física", na qual foram indevidamente associadas a execução física das metas em parcelas nas quais não eram correspondentes, em desconformidade com a lógica de execução sequencial do projeto.

• Ressalta-se que a atualização do cronograma de desembolso, com a unificação dos desembolsos originalmente previstos como 5º e 6º em uma única parcela, **não implica qualquer impacto no planejamento orçamentário da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)**. Tal ajuste possui natureza exclusivamente operacional, **uma vez que ambos os desembolsos já estavam originalmente programados para ocorrer no mesmo exercício fiscal de 2027**, não havendo alteração no montante de recursos alocados, tampouco na distribuição orçamentária anual da pasta.

• A reprogramação proposta visa apenas aprimorar o fluxo de liberação financeira, conferindo maior racionalidade, previsibilidade e aderência entre a execução física das metas e a liberação dos recursos, sem acarretar qualquer ônus adicional ou necessidade de readequação do orçamento vigente da SNSA.

• A composição das metas do TED, com alterações sugeridas para apostilamento, pode ser visualizada de forma mais detalhada no cronograma de execução abaixo:

Quadro 1 - Metas e etapas do TED

Metas			Etapas			Produtos
Nº	Título	Descrição	Nº	Título	Descrição	
M1	Plano de Trabalho Metodológico e lançamento do PSV	Plano de Trabalho Metodológico e lançamento do PSV	1.1	Plano de Trabalho Metodológico do TED	Redação de Plano de Trabalho abordando a metodologia da execução do TED	Plano de Trabalho Metodológico do TED
			1.2	Evento de Lançamento do Projeto	Realização do Evento de Lançamento do Projeto	Relatório sobre Evento de Lançamento do PSV
M2	Informatização e Estruturação da Implementação dos PMSBs	Estruturação Física, Contratação da Equipe e Criação das ferramentas digitais para a implementação de PMSBs	2.1	Estruturação física	Adaptação e estruturação dos espaços físicos	Relatório sobre estruturação sede do Projeto
			2.2	Processo seletivo da equipe	Recrutamento da equipe técnico administrativa	Relatório sobre contratação equipe
			2.3	Ferramentas de comunicação institucional	Criação de ferramentas digitais de comunicação e identidade visual, como página institucional e redes sociais	Relatório sobre ferramentas digitais
			2.4	Painel Interativo InfoVivo	Desenvolvimento de plataforma digital didática – Painel Interativo InfoVivo para monitoramento e análise qualitativa da implementação dos PMSBs	Painel Interativo InfoVivo desenvolvido
M3	Instituição do Observatório do Saneamento Vivo	Institucionalização do Observatório do Saneamento Vivo (OSV)	3.1	Reuniões Temáticas	Reuniões temáticas com diversos atores do saneamento para a criação de observatório para o monitoramento da implementação dos Planos	Relatório sobre reuniões temáticas
			3.2	Institucionalização do OSV	Institucionalização do Observatório do Saneamento Vivo	Observatório de Saneamento Vivo institucionalizado
			4.1	Sensibilização dos Municípios	Reuniões com os atores municipais a fim de sensibilizar sobre a importância da implementação dos PMSBs	Relatório sobre Planos de Ação incluindo: sensibilização e aprovação,
			4.2	Apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs	Assessoramento técnico aos Municípios para a aprovação dos PMSBs, caso necessário.	

M4	Bloco de Validação em 10 Municípios	Validação das metodologias para o apoio à implementação de PMSBs	4.3	Diagnósticos técnicos	Realização de diagnósticos técnicos captando e analisando dados sobre a implementação dos PMSBs	diagnóstico técnico, oficina de sistematização dos dados. Relatório sobre o Bloco de Validação
			4.4	Oficinas de capacitação	Oficinas para a capacitação sobre como implementar os PMSBs	
			4.5	Sistematização dos dados no Painel InfoVivo	Sistematização dos dados captados nos diagnósticos técnicos no Painel Interativo InfoVivo	
			4.6	Planos de Ação para a implementação dos PMSBs e Relatório sobre o Bloco de Validação	Redação de Planos de Ação para cada Município para a implementação dos PMSBs e construção de relatório sobre o Bloco de Validação	
M5	Apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios	Aplicação das metodologias de apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios	5.1	Sensibilização	Reuniões com os atores municipais a fim de sensibilizar sobre a importância da implementação dos PMSBs	Relatório sobre Planos de Ação incluindo: sensibilização, aprovação, diagnóstico técnico, oficina de sistematização dos dados
			5.2	Apoio técnico ao processo de aprovação do PMSB	Assessoramento técnico aos Municípios para a aprovação dos PMSBs, caso necessário.	
			5.3	Diagnósticos técnicos	Realização de diagnósticos técnicos captando e analisando dados sobre a implementação dos PMSBs	
			5.4	Oficinas de capacitação	Oficinas para a capacitação sobre como implementar os PMSBs	
			5.5	Sistematização dos dados no Painel InfoVivo	Sistematização dos dados captados nos diagnósticos técnicos no Painel Interativo InfoVivo	
			5.6	Planos de Ação para a implementação dos PMSBs	Redação de Planos de Ação para cada Município para a implementação dos PMSBs	
			6.1	Redação do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	Construção do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	

M6	Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	Elaboração do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	6.2	Revisão, diagramação, impressão e publicação digital do Termo de Referência	Revisão, diagramação, tiragens físicas e publicação digital do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	Termo de Referência para Implementação de PMSBs elaborado
			6.3	Relatório Final do TED	Elaboração do Relatório Final do instrumento analisando a sua execução, êxitos e gargalos	Relatório Final TED

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO TED – ESPECIFICAÇÃO DAS METAS E ETAPAS

M1 – Plano de Trabalho Metodológico e lançamento do PSV: Esta meta diz respeito à estruturação metodológica do PSV através de Plano de Trabalho Metodológico. Também será realizado evento de lançamento do Projeto, visando sensibilizar os atores do saneamento correlatos e o público em geral sobre a importância da iniciativa.

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Entrega integral do Plano de Trabalho Metodológico.

Etapa 1.1 – Plano de Trabalho Metodológico: Detalhamento da estratégia de execução metodológica do TED, informando e esclarecendo todas as ações importantes a serem realizadas, considerando o cronograma, o custo e o Plano de Desembolso.

Produto:

Plano de Trabalho Metodológico elaborado, contendo:

- Estrutura metodológica detalhada da execução do TED.
- Cronograma físico-financeiro.
- Plano de Desembolso.
- Matriz de responsabilidades.
- Plano de Monitoramento e Avaliação, incorporando os indicadores de desempenho: execução física e financeira, adesão ao cronograma e entrega dos produtos pactuados.

Etapa 1.2 – Evento de Lançamento do Projeto: Evento de Lançamento a fim de sensibilizar diversos atores do saneamento e o público em geral, em especial gestores municipais, acerca da importância do Projeto Saneamento Vivo.

Produto:

Relatório sobre o Evento de Lançamento do PSV, contendo:

- Descrição do evento, com objetivos e programação realizada.
- Perfil e quantidade de participantes, com lista de presença.
- Principais resultados e encaminhamentos registrados.
- Avaliação de satisfação dos participantes.
- Memorial fotográfico e materiais de divulgação utilizados.

M2 – Informatização e estruturação da Implementação dos PMSBs: Esta meta abrange a estruturação física, a contratação e qualificação da equipe técnico-administrativa, bem como o desenvolvimento e a disponibilização de ferramentas digitais voltadas à comunicação institucional e ao monitoramento contínuo da implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs). Busca-se, com isso, fortalecer a transparência, o controle social e o engajamento dos diversos atores envolvidos no processo, assegurando maior efetividade às ações planejadas.

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Entrega integral dos produtos técnicos pactuados.
- Avaliação de qualidade do Painel Interativo InfoVivo pelos usuários.
- Percentual de metas físicas e financeiras executadas.

Etapla 2.1 – Estruturação física: Esta etapa visa à adaptação da estrutura física do Projeto através de pequenas reformas e da aquisição de materiais e insumos necessários à operacionalização do PSV.

Produto:

Relatório sobre a estruturação física da sede do PSV, contendo:

- Descrição das intervenções realizadas.
- Relação de materiais, equipamentos e insumos adquiridos.
- Memorial fotográfico, com registros datados do espaço antes, durante e após as intervenções.

Norma de referência:

ABNT NBR 10719:2015 – Relatório técnico e científico.

Fontes de verificação:

- Relatório técnico consolidado, anexos comprobatórios e registros fotográficos.

Etapla 2.2 – Processo seletivo da equipe: Nessa etapa pretende-se formalizar os processos de seleção e contratação dos profissionais especializados que irão compor a equipe de trabalho multidisciplinar, por meio das modalidades: pessoa jurídica, CLT e bolsas de extensão.

Produto:

Relatório sobre a contratação da equipe, contendo:

- Descrição dos processos seletivos realizados.
- Relação nominal da equipe contratada, especificando função e formação.

Fontes de verificação:

- Relatório consolidado.

Etapla 2.3 – Ferramentas de comunicação institucional: Consiste na criação de instrumentos digitais voltados à divulgação e fortalecimento da identidade visual do Projeto, incluindo o desenvolvimento de página institucional e perfis em redes sociais, visando ampliar a visibilidade das ações, promover a participação social e facilitar o acesso às informações.

Produto:

Relatório descritivo das ferramentas digitais de comunicação institucional, contendo:

- Descrição das ferramentas desenvolvidas: página institucional, perfis em redes sociais e outros instrumentos digitais criados.
- Estatísticas iniciais de acesso e alcance, incluindo número de visualizações, seguidores e interações (quando disponíveis).
- Registro das ações de divulgação promovidas, como campanhas, posts ou eventos virtuais, como podcasts.
- Descrição da identidade visual adotada, com anexos de peças gráficas elaboradas (logotipo, templates etc.).

Normas de referência:

- ABNT NBR 10719:2015 – Relatório técnico e científico.

Etapla 2.4 – Painel Interativo InfoVivo: Refere-se ao desenvolvimento de uma plataforma digital interativa e didática – o Painel Interativo InfoVivo – destinada ao monitoramento e à análise qualitativa da implementação dos PMSBs. A ferramenta utilizará recursos da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), permitindo a visualização geoespacial de indicadores e o acompanhamento contínuo da execução dos Planos. A plataforma deve promover a articulação entre dados primários e secundários, utilizando fundamentos de ciência de dados territoriais, interoperabilidade com a INDE e tecnologias digitais responsivas, compatíveis com ambientes web e dispositivos móveis. O Painel oferecerá funcionalidades voltadas à análise territorial, acompanhamento de indicadores, sistematização de dados e sinalização de oportunidades de financiamento e instrumentos de apoio técnico, consolidando informações estratégicas sobre o saneamento básico. Cada conjunto de dados – como cobertura de esgoto, rede de água e indicadores de vulnerabilidade – será documentado com metadados que descrevem origem, escala, formato e periodicidade, assegurando rastreabilidade e integração entre sistemas federais (SNIS, SINIR, DATASUS, ANA).

Produto:

Painel Interativo InfoVivo desenvolvido, com a entrega dos seguintes componentes:

- Plataforma digital responsiva e funcional, acessível via web e dispositivos móveis.

- Módulos interativos para visualização de indicadores territoriais, matriz de interpretação de dados aplicada à análise qualitativa da implementação dos PMSBs.
- Sistema de metadados estruturado, assegurando a rastreabilidade e a interoperabilidade dos dados.
- Base de dados geoespaciais integrada, com informações oriundas de sistemas nacionais (SNIS, SINIR, DATASUS, ANA, IBGE e entre outros) e dados primários.
- Relatório técnico descritivo da arquitetura da plataforma, funcionalidades implementadas, fluxos de atualização e orientações de uso para diferentes perfis de usuários (gestores, técnicos, sociedade civil).

Indicadores de desempenho vinculados à etapa:

- Entrega integral do produto técnico pactuado.
- Avaliação de qualidade do Painel Interativo InfoVivo pelos usuários.

Normas de referência:

- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) – Decreto nº 6.666/2008.
- Perfil de Metadados Geoespaciais Brasileiro (Perfil MGB) – IBGE; DSG, 2020.
- ISO 19115 – Geographic Information – Metadata.
- ABNT NBR 10719:2015 – Relatório técnico e científico (para o relatório técnico associado à entrega do Painel).

M3 – Instituição do Observatório do Saneamento Vivo (OSV): Esta meta visa à criação e consolidação de um espaço para o acompanhamento, articulação e fortalecimento das ações relacionadas à implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, promovendo a integração entre universidade, sociedade civil, gestores públicos e demais atores do setor. A criação do Observatório do Saneamento Vivo (OSV) será conduzida como um processo participativo e técnico de institucionalização, com vinculação ao NIESADT/UNIVASF/SNSA/MCID. O OSV adotará um modelo de governança cooperativa, produção científica aplicada e uso de ferramentas analíticas territoriais para o acompanhamento de políticas públicas. A estruturação envolve a realização de interlocuções multissetoriais com representantes do poder público, instituições de ensino, movimentos sociais e conselhos locais. Serão realizadas reuniões temáticas, preferencialmente trimestrais, com os representantes dos territórios, mantendo um fórum de consultas. Os dados e resultados das discussões do OSV serão disponibilizados no *site* do Projeto. O Observatório será operacionalizado com base na integração entre:

- Banco de dados georreferenciados (via Painel InfoVivo);
- Página institucional do Projeto Saneamento Vivo;
- Redes sociais;
- Relatórios analíticos sistemáticos;
- Espaços participativos de discussão.

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Número de entes institucionais engajados formalmente no Observatório.
- Entrega integral dos produtos técnicos pactuados (relatórios, publicações e banco de dados).
- Percentual de metas físicas e financeiras executadas.

Etapla 3.1 – Reuniões Temáticas: Realização de encontros temáticos preferencialmente remotos com a participação de representantes do poder público, instituições de ensino, movimentos sociais, conselhos e outros agentes do saneamento, com o objetivo de debater diretrizes, estratégias e parcerias para a criação e estruturação do Observatório do Saneamento Vivo.

Produto:

Relatório descritivo das reuniões temáticas realizadas, contendo:

- Agenda e objetivos de cada reunião.
- Participantes: lista nominal e instituições representadas.
- Síntese das discussões, decisões e encaminhamentos.
- Anexos: atas, listas de presença, materiais de apoio e registro fotográfico (quando pertinente).

Etapla 3.2 – Institucionalização do OSV: Processo de formalização e integração do Observatório do Saneamento Vivo no âmbito da UNIVASF, por meio do Núcleo de Inovação de Estudos em Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Territorial (NIESADT), em cooperação técnica com o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), assegurando sua continuidade, legitimidade institucional e capacidade de atuação técnica e científica.

A institucionalização envolverá:

- Definição formal da vinculação acadêmica e administrativa.
- Estabelecimento da estrutura de governança e fluxos operacionais.
- Elaboração de Regimento Interno, definindo funções, atribuições e procedimentos.

Produto:

Observatório do Saneamento Vivo institucionalizado junto ao NIESADT/UNIVASF/SNSA/MCID, com a entrega dos seguintes elementos:

- Documento oficial de criação do OSV.
- Regimento Interno aprovado.
- Estrutura organizacional definida.
- Página institucional atualizada com informações sobre a governança, atividades e produtos do Observatório.

M4 – Bloco de Validação em 10 Municípios: Esta meta tem como foco a validação das metodologias desenvolvidas no âmbito do TED, através de 10 Municípios- piloto, visando consolidar os instrumentos e estratégias de apoio à implementação dos PMSBs.

O processo metodológico consistirá na aplicação de instrumentos integrados de diagnóstico, organizados em:

- análise documental e legal dos PMSBs em vigência;
- coleta de dados primários; e

(iii) cruzamento com bases de dados secundárias nacionais, organizadas no Painel InfoVivo.

Serão construídos Planos de Ação territorializados, considerando modelos de gestão operacional e incorporação de parâmetros de desempenho e regulação conforme as normas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Percentual de metas físicas e financeiras executadas.
- Quantidade e aproveitamento acadêmico dos participantes nas capacitações.
- Número de entes institucionais engajados formalmente.
- Entrega integral dos produtos técnicos pactuados.

Etapas 4.1 – Sensibilização dos Municípios: Realização de reuniões preferencialmente remotas com os principais atores locais, como gestores, técnicos e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover a sensibilização sobre a importância da devida implementação dos PMSBs e o papel de cada segmento nesse processo.

Etapas 4.2 – Apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs: Prestação de apoio técnico aos Municípios no processo de aprovação formal dos PMSBs, caso necessário, por meio da organização documental, sistematização de informações técnicas e realização de reuniões de esclarecimento com os atores institucionais locais.

Etapas 4.3 – Diagnósticos técnicos: Condução de diagnósticos para levantamento e análise de informações atualizadas sobre a implementação dos PMSBs, identificando tanto a estruturação técnica, quanto as prioridades políticas de governo, e a identificação dos desafios e gargalos na implementação dos Planos.

Etapas 4.4 – Oficinas de capacitação: Realização de oficinas preferencialmente remotas nos Municípios selecionados, com o objetivo de capacitar os atores locais quanto aos mecanismos, ferramentas e procedimentos necessários à implementação dos PMSBs.

As capacitações serão organizadas em módulos temáticos estruturados, abrangendo, entre outros:

- O Marco Legal do Saneamento (Lei n.º 11.445/2007, atualizada pela Lei n.º 14.026/2020).
- Normas de referência da ANA.
- Planejamento e execução de ações.

Organização de documentos técnicos e administrativos

• Elaboração de anteprojetos e preparação de propostas para a captação de recursos. Todas as temáticas serão integradas ao uso pedagógico do Painel InfoVivo, bem como os respectivos materiais, registros e relatórios de avaliação serão disponibilizados na página institucional do Projeto e abordados nas discussões do Observatório do Saneamento Vivo (OSV). **Etapas 4.5 – Sistematização dos dados no Painel InfoVivo:** Sistematização das informações captadas e analisadas no diagnóstico técnico no Painel Interativo InfoVivo, de modo a garantir a retroalimentação do processo e a construção de uma base de dados dinâmica.

Etapas 4.6 – Planos de Ação para a implementação dos PMSBs e Relatório sobre o Bloco de Validação: Elaboração de Planos de Ação para cada um dos 10 Municípios, com diretrizes práticas para a implementação efetiva dos seus respectivos PMSBs, considerando suas especificidades territoriais, institucionais e sociais. Também será elaborado relatório consolidando as experiências, os avanços e as sugestões, além da identificação de eventuais gargalos e oportunidades de melhoria referentes ao Bloco de Validação.

Produtos:

Relatório Consolidado sobre os Planos de Ação com:

- Registro das reuniões de sensibilização, contendo:
 - o objetivos e pautas debatidas;
 - o lista nominal de participantes e instituições representadas;
 - o síntese dos encaminhamentos acordados;
 - o material de apoio utilizado; e
 - o registro fotográfico.
- Informações sobre o apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs, contendo:
 - o levantamento da situação de aprovação formal do PMSB no Município;
 - o organização documental e sistematização das informações técnicas pertinentes;
 - o registro das reuniões de esclarecimento e orientações técnicas realizadas;
 - o síntese dos encaminhamentos adotados para a aprovação formal do PMSB; e
 - o identificação de entraves institucionais, jurídicos ou administrativos relacionados ao processo de aprovação.
- Informações sobre os diagnósticos realizados em cada Município, contendo:
 - o levantamento documental e legal;
 - o dados primários coletados;
 - o integração com dados secundários, organizados no Painel InfoVivo; e
 - o análise interpretativa das informações.
- Descrição das oficinas realizadas, contendo:
 - o temas, carga horária e metodologia;
 - o lista nominal de participantes;
 - o instrumentos e resultados da avaliação de aproveitamento; e
 - o materiais didáticos produzidos.
- Informações sobre a sistematização dos dados no Painel InfoVivo, contendo:
 - o informações sistematizadas e atualizadas no Painel InfoVivo; e
 - o análise de desempenho e recomendações para ajustes e melhoria contínua.
- Resumo sobre os Planos de Ação elaborados para a implementação dos PMSBs dos 10 Municípios do Bloco de Validação, contendo:
 - o diagnóstico situacional do PMSB vigente;

- o metas, ações e indicadores definidos para a implementação;
- o propostas de articulação institucional e estratégias de captação de recursos;
- o mecanismos de monitoramento e avaliação, alinhados com os indicadores do Projeto.
- Relatório sobre o Bloco de Validação contendo:
- o avaliação dos resultados e desafios enfrentados durante o Bloco de Validação.

M5 – Apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios: Esta meta objetiva a expansão da metodologia comprovada na meta piloto para apoiar a implementação dos Planos Municipais em 90 Municípios, auxiliando na aplicação sistemática dos instrumentos e estratégias que promovem a efetividade e sustentabilidade dos PMSBs. Esta fase contará com o apoio à gestão local, por meio de capacitações e diagnósticos técnicos. As atividades serão organizadas com base em Planos de Ação personalizados, elaborados a partir dos dados integrados no Painel InfoVivo e orientados por roteiros técnicos padronizados. Serão produzidos Planos de Ação individualizados contendo a síntese dos avanços, os desafios operacionais, a conformidade com as normas da ANA e as recomendações para a implementação dos PMSBs.

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Taxa de adesão dos Municípios à metodologia desenvolvida.
- Percentual de metas físicas e financeiras executadas.
- Índice de aderência ao cronograma.
- Quantidade e aproveitamento dos participantes nas capacitações.
- Entrega integral dos produtos técnicos pactuados.

Etapla 5.1 – Sensibilização dos Municípios: Realização de reuniões preferencialmente remotas com os atores municipais para a conscientização sobre a importância da devida implementação dos PMSBs, estimulando o engajamento dos gestores, técnicos e a participação da sociedade.

Etapla 5.2 – Apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs: Prestação de apoio técnico aos Municípios no processo de aprovação formal dos PMSBs, caso necessário, por meio da organização documental, sistematização de informações técnicas e realização de reuniões de esclarecimento com os atores institucionais locais.

Etapla 5.3 – Diagnósticos técnicos: Execução de diagnósticos para a captação e análise de dados e informações referentes à implementação e aos desafios dos PMSBs, permitindo um olhar crítico e colaborativo sobre a situação de cada Município.

Etapla 5.4 – Oficinas de capacitação: Promoção de oficinas de capacitação preferencialmente remotas voltadas aos profissionais, gestores municipais e demais agentes envolvidos no saneamento municipal, focando na operacionalização e melhores práticas para a implementação dos PMSBs, visando o desenvolvimento de competências técnicas e estratégicas.

As capacitações serão organizadas em módulos temáticos, abrangendo:

- O Marco Legal do Saneamento (Lei n.º 11.445/2007, atualizada pela Lei n.º 14.026/2020).
- Normas de referência da ANA.
- Elaboração de anteprojetos e propostas para captação de recursos.

As atividades formativas, bem como os respectivos materiais, registros e relatórios de avaliação, serão disponibilizados na página institucional do Projeto e integrados às discussões do Observatório do Saneamento Vivo (OSV).

Etapla 5.5 – Sistematização dos dados no Painel InfoVivo: Sistematização das informações captadas e analisadas no diagnóstico técnico no Painel Interativo InfoVivo, de modo a garantir a retroalimentação do processo e a construção de uma base de dados dinâmica.

Etapla 5.6 – Planos de Ação para a implementação dos PMSBs: Elaboração de Planos de Ação para cada um dos 90 Municípios, com diretrizes práticas para a implementação efetiva dos seus respectivos PMSBs, considerando suas especificidades territoriais, institucionais e sociais.

Produto:

Relatório Consolidado sobre os Planos de Ação com:

- Registro das reuniões de sensibilização, contendo:
 - o objetivos e pautas debatidas;
 - o lista nominal de participantes e instituições representadas;
 - o síntese dos encaminhamentos acordados;
 - o material de apoio utilizado; e
 - o registro fotográfico.
- Informações sobre o apoio técnico ao processo de aprovação dos PMSBs, contendo:
 - o levantamento da situação de aprovação formal do PMSB no Município;
 - o organização documental e sistematização das informações técnicas pertinentes;
 - o registro das reuniões de esclarecimento e orientações técnicas realizadas;
 - o síntese dos encaminhamentos adotados para a aprovação formal do PMSB; e
 - o identificação de entraves institucionais, jurídicos ou administrativos relacionados ao processo de aprovação.
- Informações sobre os diagnósticos realizados em cada Município, contendo:
 - o levantamento documental e legal;
 - o dados primários coletados;
 - o integração com dados secundários, organizados no Painel InfoVivo; e
 - o análise interpretativa das informações.
- Descrição das oficinas realizadas, contendo:
 - o temas, carga horária e metodologia;
 - o lista nominal de participantes;

o instrumentos e resultados da avaliação de aproveitamento; e
o materiais didáticos produzidos.

- Informações sobre a sistematização dos dados no Painel InfoVivo, contendo:
o informações sistematizadas e atualizadas no Painel InfoVivo; e
o análise de desempenho e recomendações para ajustes e melhoria contínua.
- Resumo sobre os Planos de Ação elaborados para a implementação dos PMSBs dos 90 Municípios, contendo:
o diagnóstico situacional do PMSB vigente;
o metas, ações e indicadores definidos para a implementação;
o propostas de articulação institucional e estratégias de captação de recursos;
o mecanismos de monitoramento e avaliação, alinhados com os indicadores do Projeto.

Normas de referência:

- ABNT NBR 10719:2015 – Relatório técnico e científico.

M6 – Termo de Referência para a Implementação de PMSBs: Esta meta busca a elaboração de um Termo de Referência (TR) que servirá de guia para a implementação de PMSBs, oferecendo parâmetros técnicos e diretrizes para a melhoria e padronização das ações de implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Esse instrumento será construído a partir da sistematização crítica das experiências metodológicas desenvolvidas ao longo do Projeto, incorporando:

- Resultados das análises técnicas realizadas nos 100 Municípios acompanhados.
- Dados gerados pelos diagnósticos técnicos.
- Contribuições das oficinas.
- Encaminhamentos das reuniões do Observatório do Saneamento Vivo (OSV).

O conteúdo incluirá procedimentos para a implementação dos componentes estruturantes dos Planos, contemplando orientações práticas para a elaboração de instrumentos técnicos (como memoriais descritivos, anteprojetos, cronogramas físico-financeiros), bem como roteiros para o enquadramento em chamadas públicas e linhas de financiamento disponíveis. Além disso, o documento abordará a articulação dos PMSBs com políticas públicas setoriais – saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos e controle social –, reforçando a necessária integração intersetorial. Também serão tratados aspectos regulatórios, em consonância com as Normas de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e mecanismos de monitoramento e avaliação de desempenho. O TR incluirá, ainda, orientações para a institucionalização de instâncias de governança local, como conselhos municipais e fundos de saneamento básico, reconhecendo sua importância na promoção do controle social, continuidade das ações e acesso a recursos. Serão também apresentadas estratégias para a articulação interfederativa, tendo em vista os processos de regionalização.

A construção do Termo de Referência será fundamentada em um conjunto robusto de referências técnicas, estudos metodológicos e normativas amplamente reconhecidas, tais como:

- Normas de Referência publicadas pela ANA.
- Diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANASAB.

O documento final será também publicado em formato digital, por meio do *site* oficial do Projeto, e amplamente divulgado nas reuniões do Observatório do Saneamento Vivo.

Indicadores de desempenho vinculados à meta:

- Entrega integral do produto técnico normativo pactuado.
- Percentual de metas físicas e financeiras executadas.

Etapla 6.1 – Redação do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs: Construção do documento que delineará os objetivos, critérios e metodologias a serem adotadas na implementação de PMSBs, incorporando as melhores práticas identificadas nas metas anteriores. **Normas de referência:**

- ABNT NBR ISO 9001:2015 – Sistema de gestão da qualidade.
- ABNT NBR 10719:2015 – Relatório técnico e científico.
- Normas de Referência da ANA.

Etapla 6.2 – Revisão, diagramação, impressão e publicação digital do Termo de Referência: Processo de revisão, diagramação, realização de tiragens físicas e disponibilização digital do Termo de Referência, assegurando clareza, consistência e acessibilidade das informações apresentadas. **Normas de referência:**

- ABNT NBR 6029:2006 – Apresentação de livros e folhetos.

Produtos das etapas 6.1 e 6.2:

Versões impressa e digital do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs, contendo:

- Estrutura metodológica para a implementação de PMSBs.
- Procedimentos para a implementação dos componentes do Plano.
- Orientações para elaboração de instrumentos técnicos e de financiamento.
- Diretrizes para integração intersetorial e interfederativa.
- *Layout* gráfico padronizado.
- Estrutura textual organizada e acessível.
- Elementos gráficos e infográficos de apoio.

Fontes de verificação:

- Documento final diagramado;
- Exemplares físicos e digitais;
- Registro de divulgação nos canais institucionais.

Etapla 6.3 – Relatório Final do TED: Elaboração do Relatório Final do instrumento, analisando a sua execução, os

êxitos e os gargalos, com foco na avaliação da eficácia do Projeto e na proposição de recomendações para futuras iniciativas.

Produto:

Relatório Final do TED elaborado, contendo:

- Descrição sintética da execução de todas as metas e etapas.
- Análise crítica dos resultados alcançados.
- Identificação de boas práticas e lições aprendidas.

Recomendações para replicação e aprimoramento.

Quadro 2 - Cronograma Físico-Financeiro

METAS	DESCRIÇÃO		Valor total	Início	Fim	% financeiro
M1	Estruturação e lançamento do PSV	Estruturação metodológica e lançamento do PSV	R\$ 400.000,00	Mês 1	Mês 6	3,10%
M2	Informatização e Estruturação da Implementação dos PMSBs	Estruturação do Projeto e desenvolvimento do Painel Interativo InfoVivo para o apoio à implementação de PMSBs	R\$ 3.037.682,00	Mês 7	Mês 12	23,52%
M3	Instituição do Observatório do Saneamento Vivo	Institucionalização do Observatório do Saneamento Vivo (OSV)	R\$ 1.670.000,00	Mês 13	Mês 18	12,93%
M4	Bloco de Validação em 10 Municípios	Validação das metodologias para o apoio à implementação de PMSBs	R\$ 1.960.000,00	Mês 19	Mês 25	15,17%
M5	Apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios	Aplicação das metodologias de apoio à implementação de PMSBs em 90 Municípios	R\$ 3.610.000,00	Mês 26	Mês 35	27,95%
M6	Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	Elaboração do Termo de Referência para a Implementação de PMSBs	R\$ 2.240.000,00	Mês 20	Mês 36	17,34%
TOTAL					R\$ 12.917.682,00	

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A execução orçamentária do TED será por meio de desembolsos divididos em parcelas, considerando o prazo de execução, conforme tabela abaixo. A liberação da 1ª parcela deverá ser no ato de assinatura do TED. As parcelas subsequentes serão liberadas para a execução das Metas e Etapas seguintes, como detalhado no cronograma de desembolso. A condição da liberação das parcelas subsequentes será o cumprimento, aferido por meio da aprovação da SNSA, das metas e etapas correspondentes às parcelas anteriores.

Quadro 3 - Cronograma de Desembolso

Parcela	Execução Física				Data prevista	%	Valor	Condição de liberação da parcela pelo MCID/SNSA
1	M1	jun/25	3,10%	R\$ 400.000,00				Assinatura do TED
2	M2	dez/25	23,52%	R\$ 3.037.682,00				Plano de Trabalho Metodológico
3	M3	mai/26	12,93%	R\$ 1.670.000,00				Painel Interativo InfoVivo desenvolvido
4	M4 e M6	nov/26	15,17%	R\$ 1.960.000,00				Observatório do Saneamento Vivo institucionalizado
5	M5 e M6	jun/27	45,29%	R\$ 5.850.000,00				Relatório Consolidado sobre a implementação de PMSBs em 10 Municípios e Relatório sobre o Bloco de Validação
TOTAL								R\$ 12.917.682,00

9. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO	SIM	R\$ 12.917.682,00

10. PROPOSIÇÃO

Petrolina, 14 de abril de 2026.

Télio Nobre Leite
Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

11. APROVAÇÃO

Brasília, 10 de abril de 2026.

Flávio Marcos Passos Gomes Júnior
Secretário da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Marcos Passos Gomes Júnior, Secretário(a) Nacional de Saneamento Ambiental, Substituto(a)**, em 29/04/2026, às 17:37, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **TELIO NOBRE LEITE, Usuário Externo**, em 29/04/2026, às 18:29, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6647981** e o código CRC **7757842C**.